

18/05/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 96.943 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: VENÍCIUS KOBUS
IMPTE.(S)	: VENÍCIUS KOBUS
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SENTENÇA CONDENATÓRIA – INTIMAÇÃO – NULIDADE – AUSÊNCIA. Havendo ocorrido a intimação para ciência da sentença, vindo a defesa a manifestar-se no sentido de não interpor recurso, fazendo-o mediante atuação de representante processual constituído, descabe versar nulidade.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 18 de maio de 2010.

MARCO AURÉLIO

–

RELATOR



**18/05/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 96.943 SANTA CATARINA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: VENÍCIUS KOBUS</b>
<b>IMPTRE.(S)</b>	<b>: VENÍCIUS KOBUS</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

Vossa Excelência, à folha 115 à 117, proferiu o seguinte despacho:

*HABEAS CORPUS* - LIMINAR - PEDIDO INEXISTENTE - AUDIÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA.

1. Eis as informações prestadas pelo Gabinete:

O paciente-impetrante pretende seja anulado o trânsito em julgado da sentença mediante a qual, em virtude da prática da conduta prevista no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, fora condenado a seis anos e quatro meses de reclusão. Como causa de pedir, aduz que, à época dos fatos, o defensor constituído deixou de interpor apelação. A decisão transitou em julgado em 5 de abril de 1999. Informa haver tomado ciência da referida sentença na prisão, onde se encontrava desde 25 de agosto de 1998, por força do que decidido em outra ação penal.

Deu-se, então, o ajuizamento de revisão criminal. O Tribunal de Justiça julgou parcialmente procedente o pedido, para adequar a dosimetria da pena, reduzindo-a para seis anos de reclusão. A ementa do acórdão está assim redigida (folha 220 do apenso):

Revisão criminal objetivando a absolvição, com base em novas provas apontadas, sem a devida justificação judicial. Inviabilidade. Alegação de falta de provas. Matéria já decidida em primeiro grau. Sentença revestida das formalidades legais. Nulidade repelida. Reincidência inexistente considerada equivocadamente na sentença. Pedido deferido parcialmente para adequar a pena do requerente.

HC 96.943 / SC

O paciente argumenta que, estando ele preso e preclusa a via da apelação, impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, objetivando afastar o trânsito em julgado da sentença. A ordem foi indeferida, pois constara do processo a assinatura a rogo, não sendo mencionado o desejo de apelar. Na sequência, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus* - o de nº 15.904. Eis a ementa do acórdão (folha 20):

À luz do que dispõe o artigo 574 do Código de Processo Penal, o recurso de apelação consubstancia direito disponível, inexistindo vício a desistência ou renúncia ao apelo. A desconstituição da desistência ao recurso no processo penal requisita a efetiva demonstração de prejuízo ao réu.

O paciente-impetrante sustenta que os julgados não encontrariam amparo no artigo 392, inciso II, do Código de Processo Penal, que dispõe ser indeclinável a intimação pessoal do réu para ciência da sentença condenatória, estando a eficácia jurídica da renúncia ao direito de recorrer condicionada à lavratura do respectivo termo. Afirma, por isso, mostrar-se evidente o vício de cerceamento do direito de defesa, considerando-se o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Ressalta verificar-se a existência de contrassenso lógico deixar ao arbítrio do acusado a manifestação do desejo de recorrer se, para o exercício da defesa, houve nomeação de advogado. Entretanto, o caso em exame estaria a apresentar maior gravidade, por não constar registro, em instrumento próprio, da aceitação dos termos da sentença. Diz, então, da insubsistência do argumento acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça quanto à falta de demonstração de prejuízo ao réu.

Em síntese, requer, uma vez reconhecida a nulidade, seja declarado insubsistente o trânsito em julgado, determinando-se a intimação do advogado para ciência da sentença. Como consequência necessária do deferimento da ordem, pede a expedição de alvará de soltura.

Por estar deficiente a instrução processual, Vossa Excelência solicitou informações ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Justiça e ao Juízo Criminal da Comarca de Jaraguá do Sul/SC. Ao primeiro foi solicitada cópia da inicial do recurso ordinário em *habeas corpus*. Ao segundo, do *habeas* originário e do acórdão a ele referente, da petição de revisão criminal e do julgado respectivo. Ao terceiro, do Processo-Crime nº 1.704/96, inclusive do mandado de prisão devidamente cumprido (folha 32). A instrução processual foi então

HC 96.943 / SC

complementada com a juntada dos documentos de folha 53 a 106, estando apensada cópia integral do processo-crime.

Registro que os documentos de folha 2 a 274 do apenso referem-se à Ação Penal nº 1.704/96, objeto da revisão criminal intentada e dos sucessivos *habeas corpus* impetrados. Todavia, os documentos de folha 275 a 292, que atestam a extinção da pena pelo cumprimento da sanção penal imposta, referem-se a outra ação penal a que respondeu o paciente - o Processo-Crime nº 036.94.000035-6, relacionado à prática do delito de furto e de receptação. Por fim, ressalto a inexistência de pleito formal de concessão de liminar, apesar de verificar-se, no processo, a aposição de tarja indicativa do pedido.

2. Realmente, não se veiculou pedido de concessão de medida cauteladora, talvez mesmo ante a circunstância de, até aqui, haver pronunciamento judicial coberto pela coisa julgada.

3. À Judiciária, para retirar da capa do processo a tarja alusiva à medida liminar.

4. Colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 9 de fevereiro de 2009.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 121 a 126, manifesta-se pelo indeferimento da ordem. Sustenta ter a defesa constituída pelo paciente interposto apelação criminal e, em seguida, haver desistido do recurso (folha 199 do apenso). Intimado pessoalmente, conforme disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal, o paciente não demonstrou interesse em recorrer da decisão. Transitada em julgado a sentença, o paciente ajuizou revisão criminal. O Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina acolheu parcialmente o pleito, retirando a agravante relacionada à reincidência. Consequentemente, reduziu a pena fixada para seis anos de reclusão (folha 100 a 104).

Outro pedido de revisão criminal foi protocolado. O paciente buscava a absolvição, apontando a inexistência de provas suficientes para justificar a condenação, ou, sucessivamente, a declaração de nulidade da sentença, por falta de fundamentação (folha 98). O Tribunal de Justiça não conheceu do recurso ante o artigo 622, parágrafo único, do Código de Processo Penal, o qual dispõe não se mostrar admissível reiteração do pedido, salvo se baseada em novas provas. A pretensão seria afastar o trânsito em julgado da sentença de condenação, sob a alegação de nulidade de intimação. Ao contrário do que sustentado, a intimação pessoal do paciente ocorrera nos termos do artigo 392 do Código de Processo

**HC 96.943 / SC**

Penal (folha 204-verso). Diversas teriam sido as tentativas de localização do paciente, o qual estava foragido do Presídio de Jaraguá do Sul/SC. O mandado de prisão fora cumprido em 15 de março de 1999, depois de encontrar-se o acusado sob custódia em virtude de decisão proferida em outro processo. Observada a formalidade, o paciente não demonstrou interesse em apelar da sentença (folha 199). Conclui o Ministério Público Federal, então, não ter havido prejuízo à defesa, considerada a apresentação de dois pedidos de revisão criminal, com êxito no primeiro deles.

Quanto à pretensão de ver expedido alvará de soltura, em razão do alegado implemento integral da pena, anota a ausência de elementos, no processo, a levar à conclusão sobre quando iniciada a execução da pena, pois o paciente também acabou preso em razão de processo diferente do envolvido neste *habeas*. Opina pelo indeferimento da ordem.

Lancei visto no processo em 3 de abril de 2010.

É o relatório.

**18/05/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 96.943 SANTA CATARINA****V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Inexiste vício a ser sanado na via estreita do *habeas corpus*. Após inúmeras tentativas de intimação pessoal do paciente, veio a ser publicado edital. Então, conforme depreende-se do apenso, a defesa peticionou manifestando a falta de interesse em interpor recurso, muito embora tenha aludido à desistência deste. Mesmo assim, o Juízo procedeu à intimação pessoal do réu – folha 204 do apenso. Em síntese, não se pode cogitar, na espécie, de ato ilegal quanto à válida intimação do réu e da defesa para ciência da sentença proferida. Indefiro a ordem.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 96.943**

PROCED. : SANTA CATARINA

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

PACTE.(S) : VENICIUS KOBUS

IMPTE.(S) : VENICIUS KOBUS

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Ministro Ayres Britto. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 18.05.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão o Ministro Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Ayres Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Fabiane Duarte  
Coordenadora